

Rezende Barbosa S.A Administração e Participações.

Demonstrações contábeis

em 31 de março de 2026 e Notas Explicativas às Demonstrações

Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	5
Demonstração do fluxo de caixa	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	
1 Informações gerais	7
2 Resumo das principais políticas contábeis	7
3 Gestão de risco financeiro	13
4 Instrumentos financeiros por categoria.....	14
5 Caixa e equivalentes de caixa	14
6 Aplicações financeiras.....	14
7 Demais contas a receber	14
8 Outros ativos	14
9 Empréstimos e financiamentos.....	14
10 Patrimônio líquido	15
11 Despesas gerais e administrativas.....	16
12 Resultado financeiro	17

Rezende Barbosa S.A Administração e Participações.

Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2026	2025	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2026	2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	891	22	Empréstimos e financiamentos	9	31.001	125.565
Aplicações financeiras	6	27.687	112.797	Juros sobre capital próprio		16.493	16.493
Demais contas a receber	7	6	4	Impostos e taxas		78	247
Outros ativos	8	405	353	Outros valores e obrigações			2
Total do ativo circulante		28.989	113.176	Total do passivo circulante		47.572	142.307
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	9		100.000
Aplicações financeiras	6		112.797	Total do passivo não circulante			100.000
Outros ativos	8	179	183	Total do passivo		47.572	242.307
Total do ativo não circulante		179	112.980	Patrimônio líquido	10		
		179	112.980	Capital social		25.404	25.404
				Prejuízos acumulados		(49.565)	(42.098)
				Adiantamento para futuro aumento de capital		5.757	543
						(18.404)	(16.151)
Total do ativo		29.168	226.156	Total do passivo e do patrimônio líquido		29.168	226.156

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rezende Barbosa S.A Administração e Participações.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	11	(16.302)	(19.987)
Outras receitas, líquidas	11	<u>10.596</u>	<u>13.956</u>
Prejuízo operacional antes de participação societária e resultado financeiro		<u>(5.706)</u>	<u>(6.031)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	12	12.154	25.861
Despesas financeiras	12	<u>(13.915)</u>	<u>(25.572)</u>
		<u>(1.761)</u>	<u>289</u>
Prejuízo do exercício		<u>(7.467)</u>	<u>(5.742)</u>
Prejuízo do exercício por ação	10 (d)	<u>(0,55)</u>	<u>(0,43)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rezende Barbosa S.A Administração e Participações.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Prejuízo do exercício	<u>(7.467)</u>	<u>(5.742)</u>
Outros componentes do resultado abrangente	<u> </u>	<u> </u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(7.467)</u>	<u>(5.742)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rezende Barbosa S.A Administração e Participações.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>AFAC</u>	<u>Total</u>
Em 31 de março de 2024		<u>25.404</u>	<u>(36.356)</u>		<u>(10.952)</u>
Prejuízo do exercício			(5.742)		(5.742)
Aumento de capital	10 (a)			543	543
Em 31 de março de 2025		<u>25.404</u>	<u>(42.098)</u>	<u>543</u>	<u>(16.151)</u>
Prejuízo do exercício			(7.467)		(7.467)
Aumento de capital	10 (a)			5.214	5.214
Em 31 de março de 2026		<u>25.404</u>	<u>(49.565)</u>	<u>5.757</u>	<u>(18.404)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rezende Barbosa S.A Administração e Participações.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais:			
Prejuízo do exercício		(7.467)	(5.742)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:			
Juros sobre empréstimos e financiamentos		12.245	25.565
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Demais contas a receber e outros ativos		(52)	312
Impostos e taxas		<u>(169)</u>	<u>112</u>
Caixa gerado na operações		4.557	20.247
Juros pagos		<u>(35.809)</u>	
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>(31.252)</u>	<u>20.247</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos:			
Aplicações financeiras		<u>197.907</u>	<u>(225.594)</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		<u>197.907</u>	<u>(225.594)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos:			
Captação de empréstimos e financiamentos	9		200.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	9	(171.000)	
Adiantamento para futuro aumento de capital	10 (a)	<u>5.214</u>	<u>543</u>
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		<u>(165.786)</u>	<u>200.543</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		<u>869</u>	<u>(4.804)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>22</u>	<u>4.826</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>891</u>	<u>22</u>

Rezende Barbosa S.A Administração e Participações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Rezende Barbosa S.A. Administração e Participações (“Sociedade”) é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada em Tarumã, Estado de São Paulo, tem como objetivo a participação, administração e o gerenciamento em outras empresas.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Pronunciamentos novos ou revisados pela primeira vez em 2026

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2025:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02(R2) – Efeitos das mudanças de taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

- b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações contábeis sobre incertezas relacionadas ao clima

Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil.

- c) Orientações técnicas OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Rezende Barbosa S.A Administração e Participações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por meio da Resolução CVM nº 223/24 a autarquia tornou obrigatória a adoção desta orientação por todas as Entidades abertas e supervisionadas pela CVM para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO₂e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).

A entidade precisou avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, pois julgamos que esta informação é importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários.

2.1.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de março de 2026.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber:

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações nas demonstrações contábeis.

2.2 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e evidenciam todas as informações relevantes principais das demonstrações contábeis.

Rezende Barbosa S.A Administração e Participações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela administração da Sociedade em 20 de junho de 2026.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação e mensuração

A administração avalia os modelos de negócios que se aplicam aos ativos financeiros mantidos pela Sociedade e classifica os instrumentos financeiros nas devidas categorias: instrumentos de dívida e instrumento de patrimônio. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado: ao valor justo por meio do resultado; ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

(a) Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos derivativos e os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender. Os ativos financeiros, quando existentes nesta categoria são classificados no ativo circulante.

(b) Custo amortizado

Os ativos financeiros categorizados como custo amortizado são os investimentos, cujo o modelo de negócios estabelece que sejam mantidos para a coleta de fluxos de caixa contratuais, que representam apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal.

(c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos ou perdas revertidos para lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros, quando existentes nesta categoria são os instrumentos de dívida cotados da Sociedade que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender.

Rezende Barbosa S.A Administração e Participações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, mediante cumprimento das obrigações entre as partes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. O custo amortizado inclui os empréstimos e recebíveis e são contabilizados usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

2.5.3 Perda (impairment) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Sociedade aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício, com o objetivo de determinar a perda esperada.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros que está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Sociedade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Sociedade, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Rezende Barbosa S.A Administração e Participações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como um expediente prático, a Sociedade pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Sociedade não identificou evidência de impairment para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025.

2.5.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte.

2.6 Demais contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, e se aplicável estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber, são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para impairment.

2.7 Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo.

2.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (UGCs).

Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do *impairment*. Em março de 2026 e 2025, a Sociedade não tem ágio, ou ativos sujeitos a depreciação, apenas terras registradas no imobilizado, sobre as quais não foi identificado qualquer indicativo de impairment.

2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Rezende Barbosa S.A Administração e Participações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas na contratação do empréstimo e/ou financiamento são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo e/ou financiamento ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.11 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem aos tributos correntes. Os tributos sobre a venda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades fiscais.

2.12 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Sociedade reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Sociedade baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

(b) Componentes de financiamento

A Sociedade não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Sociedade não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

2.13 Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são registradas ao resultado do exercício, de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

Rezende Barbosa S.A Administração e Participações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, nos próximos 12 meses, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Em 31 de março de 2026 e 2025, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e a administração não operou com os mesmos durante os exercícios mencionados.

(a) Risco de liquidez

É o risco de a Sociedade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(b) Risco de mercado - risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Sociedade monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de operação para sua proteção. As principais aplicações financeiras são representadas substancialmente por operações lastreadas por CDB, indexadas ao CDI, efetuadas com instituições financeiras de primeira linha e com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Em 31 de março de 2026 e 2025, a Sociedade não possuía qualquer contrato com a finalidade de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas, bem como não contratou operações de empréstimos e financiamentos.

3.2 Gestão de capital

O objetivo da Sociedade ao administrar sua estrutura de capital é o de assegurar a continuidade de suas operações e financiar oportunidades de investimento, mantendo um perfil de crédito saudável e oferecendo retorno adequado a seus acionistas.

A Sociedade monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida. Todas essas informações estão demonstradas no balanço patrimonial.

Rezende Barbosa S.A Administração e Participações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Instrumentos financeiros por categoria

Ativos	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa	891	22
Aplicações financeiras	27.687	225.594
Demais contas a receber	6	4
Outros ativos	584	536
	<u>29.168</u>	<u>226.156</u>
Passivos	2026	2025
Empréstimos e financiamentos	31.001	225.565
Outros valores e obrigações		2
	<u>31.001</u>	<u>225.567</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

A Sociedade possui em caixa e depósitos bancários R\$ 891 (2025 – R\$ 22) de aplicações financeiras, sendo R\$ 136 representadas por Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e são remuneradas por 96,5% (2025 – 90,0 %) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e R\$ 726 representados por Notas do Tesouro Nacional (NTN-B), com vencimento em agosto de 2026 e remuneradas ao IPCA+.

6 Aplicações financeiras

O montante de R\$ 27.687 em 2026 (2025 – 225.594) nas demonstrações contábeis é representado por debêntures, remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, as quais são mantidos com a finalidade de atender a outros propósitos que não aos compromissos de caixa de curto prazo da Sociedade e por este motivo, não são classificadas como ‘Caixa e equivalentes de caixa’.

7 Demais contas a receber

A Sociedade possui em demais contas a receber R\$ 6 (2025 – R\$ 4) de adiantamento a fornecedores diversos referente nota de débito com devedores diversos.

8 Outros ativos

	2026	2025
Impostos federais (IRPJ e IRRF)	405	353
Outros	179	183
	<u>584</u>	<u>536</u>

9 Empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos, é a seguinte:

Rezende Barbosa S.A Administração e Participações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Indexador	Taxa de juros ao ano	2026	2025
K- Giro	CDI	15,57 %	31.001	225.565
Circulante			(31.001)	(125.565)
Não Circulante				100.000

Em 31 de março de 2025, os montantes registrados no passivo não circulante têm seu vencimento programado para 2026/27.

Segue abaixo demonstração da movimentação da dívida líquida bancária envolvendo empréstimos e financiamentos:

	Empréstimos bancários	Caixa e equivalente	Dívida líquida
Dívida líquida em março 2025	225.565	(22)	225.543
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa			
Obtenção de empréstimos			
Pagamento de empréstimos	(171.000)		(171.000)
Pagamento de juros	(35.809)		
Caixa e equivalente de caixa aplicado		(869)	(869)
Juros provisionados	12.245		12.245
Dívida líquida em março 2026	31.001	(891)	65.919

10 Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social totalmente integralizado é representado em 31 de março de 2026 e 2025 por 13.497.703 ações sem valor nominal.

Em março de 2026, os sócios efetuaram um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 5.214 (543 -2025) com a intenção de integralização no exercício subsequente.

(b) Reserva de lucros

Legal: A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% sobre o lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A serem destinados: a destinação do saldo das reservas de lucros será definida em assembleia geral ordinária.

(c) Dividendos

Rezende Barbosa S.A Administração e Participações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A definição sobre o montante de dividendos a serem distribuídos será determinada em Assembleia Geral Ordinária.

De acordo com o estatuto social da Sociedade, os acionistas têm o direito de receber como dividendos mínimos obrigatórios, em cada exercício, 6% (seis por cento) do lucro líquido, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição de reserva legal; e (b) importância destinada à formação da reserva de contingências, e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

(d) Prejuízo básico e diluído por ação

O prejuízo por ação foi calculado pela média ponderada do valor por ação e está apresentado conforme quadro abaixo:

	2026	2025
Prejuízo utilizado na apuração do resultado básico e diluído por ação	(7.467)	(5.742)
Quantidade média de ações no período (em milhões)	13.498	13.498
Prejuízo por ação - básico e diluído	(0,55)	(0,43)

11 Despesas gerais e administrativas

A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é como segue:

Gerais e administrativas	2026	2025
Alugueis / arrendamentos	(16.143)	(19.759)
Despesas com processos judiciais	(42)	(74)
Serviços terceiros	(102)	(105)
Despesas com cartório	(10)	(35)
Outros	(5)	(14)
	(16.302)	(19.987)
Outras receitas, líquidas	2026	2025
Receita com subarrendamento	12.299	16.703
Impostos, taxas e contribuições	(1.703)	(2.748)
Outros		1
	10.596	13.956

Rezende Barbosa S.A Administração e Participações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Resultado financeiro

	2026	2025
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	12.121	25.804
Juros diversos	33	57
	<u>12.154</u>	<u>25.861</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamento	(12.245)	(25.565)
Juros diversos	(189)	(1)
Outros	(1.481)	(6)
	<u>(13.915)</u>	<u>(25.572)</u>
Resultado financeiro	<u>(1.761)</u>	<u>289</u>

* * *

ROBERTO DE REZENDE BARBOSA
Diretor Presidente

RENATO EUGENIO DE REZENDE BARBOSA
Diretor Vice-presidente

JOSE EUGENIO DE REZENDE BARBOSA
SOBRINHO
Diretor Vice-presidente

ALBERTO ASATO
Diretor Superintendente

VANESSA RODRIGUÊS FARAHUM
Contadora CRC 1SP326862/O-3